



Especialização em
**GESTÃO
PÚBLICA
MUNICIPAL**

Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia

**INDICADORES SOCIAIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO
PÚBLICA MUNICIPAL**

IVSON PEREIRA DA SILVA

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE

AGOSTO / 2022

IVSON PEREIRA DA SILVA

**INDICADORES SOCIAIS E SUA IMPORÂNCIA PARA A GESTÃO
PÚBLICA MUNICIPAL**

Monografia apresentada junto à Unidade de Educação a Distância e Tecnologia – EADTec/UFRPE como requisito parcial para conclusão da Especialização em Gestão Pública Municipal.

Orientadora: PROF^a. Yascara Dantas

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE

AGOSTO / 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586i SILVA, IVSON PEREIRA DA
INDICADORES SOCIAIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL / IVSON
PEREIRA DA SILVA. - 2022.
52 f.

Orientadora: YASCARA PRYSCILLA DANTAS COSTA.
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Especialização em Gestão Pública Municipal, Recife, 2022.

1. INDICADOR SOCIAL. 2. PROGRAMA SOCIAL. 3. POLÍTICA PÚBLICA. 4. FONTE DE DADOS. I.
COSTA, YASCARA PRYSCILLA DANTAS, orient. II. Título

CDD 350

FOLHA DE APROVAÇÃO

IVSON PEREIRA DA SILVA

INDICADORES SOCIAIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Monografia apresentada junto à Unidade de Educação a Distância e Tecnologia – EADTec/UFRPE como requisito parcial para conclusão da Especialização em Gestão Pública Municipal.

Aprovado em 29/09/2022

Banca Examinadora:

Yascara Dantas (URFPE)
Presidente e Orientadora

Paulo Rocha Cavalcanti (URFPE)
Examinador

Lucas Alencar Pinto (URFPE)
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão do curso.

A minha amada esposa, Camyla Nóbrega, pelas cobranças, incentivos em torno dos estudos e pela paciência durante todo percurso.

A minha querida mãe, Maria Leocádia da Silva e meu pai, Inaldo Pereira da Silva, que eu sei e acredito que, de onde esteja permanecerá sempre torcendo por mim. Pois a maior presença é o seu exemplo de vida.

Aos meus grandes amigos João Silva e Heluiso Júnior, que ao longo do curso tem dado palavras de incentivo e apoio, vocês são pessoas muito especiais para mim.

Aos meus irmãos e sobrinhos que contribuíram para o meu crescimento como pessoa, e todo o apoio no seio de nossa família, foram essenciais para que isso acontecesse.

Aos meus colegas de curso, que tornaram tudo mais “leve” e divertido e foram meus companheiros de “luta” ao longo de todo esse tempo.

Agradeço também a todos os docentes da URFPE, e em especial a minha orientadora Yascara Dantas pela paciência, disposição e o apoio dado na elaboração do trabalho.

O percurso civilizatório do Brasil em direção a uma sociedade mais justa, coesa e solidária requer esforços crescentes de bom e informado uso de informação para a ação governamental e para o debate público. Quanto mais conhecimento e mais esclarecido o diálogo, melhor é o entendimento dos problemas sociais e mais fácil se torna a busca de consensos e alinhamentos para superá-los. (JANNUZZI, 2017, p.11)

RESUMO

A pesquisa tem o objetivo de mostrar aos gestores que atuam no setor público municipal, que queira compreender melhor a importância dos indicadores sociais na formulação e na implementação dos programas, projetos e ações nas áreas necessitadas dentro dos municípios, para entender e se aprofundar no que são os indicadores sociais, para que servem, como são construídos e como podem ser usados na elaboração de diagnósticos sociais. Os indicadores sociais ganharam grande atenção nos debates acadêmicos, nos fóruns de discussão técnico-política e nas propostas de projetos encaminhadas aos Ministérios, Secretarias Estaduais e Prefeituras. É cada vez mais comum a utilização dos indicadores para avaliar os avanços ou retrocessos nas condições de vida da população ou nas oportunidades de empregos. Bem como é frequente a necessidade do emprego de indicadores sociais para justificar a demanda de recursos para determinado projeto a ser encaminhado para alguma instância do poder público governamental. A partir disso, nosso trabalho tem por objetivo analisar a atuação do gestor público municipal na sistematização das noções básicas para construir, usar e interpretar os indicadores sociais, identificar as diferentes fontes de dados, pesquisas, relatórios sociais e sítios de informação estatística e indicadores que procure oferecer aos gestores municipais elementos básicos para elaborar um sistema de indicadores sociais abrangente, para que possa instituir e subsidiar a proposição de programas e projetos sociais. Discutir as potencialidades e limites da sua aplicação nas diversas etapas do ciclo de formulação e avaliação de uma política pública no âmbito dos municípios. Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa consistiram no tipo de pesquisa exploratória, por envolver um levantamento bibliográfico, a natureza foi à aplicada, por se tratar de um objetivo que gere conhecimento de aplicação prática, o método foi o indutivo, o objetivo foi o descritivo, quanto aos procedimentos técnicos, foram utilizados livros, artigos, redes eletrônicas para realizar a pesquisa, nossa abordagem ao tema enquadrou-se na qualitativa. Os dados obtidos indicam que estamos bem servidos de fontes de dados e instrumentos de medição social, mas falta corpo técnico capacitado nas equipes de gestão municipal para interpretar, empregar e avaliar os indicadores sociais. Com base nos resultados e discussões apresentadas, consideramos que o crescimento econômico nem sempre é alinhado com a melhoria das condições sociais, e que o maior empecilho para o emprego dos indicadores sociais é o tempo desejado pelo gestor do retorno de determinada política pública.

Palavras chaves: Indicador Social, Programa social, política pública, fonte de dados.

ABSTRACT

The research aims to show managers who work in the municipal public sector, who want to better understand the importance of social indicators in the formulation and implementation of programs, projects and actions in the needy areas within the municipalities, to understand and delve into what they are the social indicators, what they are for, how they are constructed and how they can be used in the elaboration of diagnoses. Social indicators gained great attention in academic debates, in technical-political discussion forums and in project proposals sent to Ministries, State Secretariats and City Halls. It is increasingly common to use indicators to assess advances or setbacks in the population's living conditions or job opportunities. As well as the need to use social indicators to justify the demand for resources for a given project to be forwarded to some instance of the governmental public power is frequent. From this, our work aims to analyze the performance of the municipal public manager in the systematization of the basic notions to build, use and interpret social indicators, identify the different sources of data, research, social reports and statistical information sites and indicators that seeks to provide municipal managers with basic elements to develop a system of comprehensive social indicators, so that they can institute and support the proposition of social programs and projects. Discuss the potential and limits of its application in the different stages of the cycle of formulation and evaluation of a public policy in the scope of the municipalities. The methodological procedures adopted in the research consisted of the type of exploratory research, as it involves a bibliographic survey, the nature was applied, as it is an objective that generates knowledge of practical application, the method was inductive, the objective was descriptive, as for the technical procedures, books, articles, electronic networks were used to carry out the research, our approach to the theme was framed in the qualitative-quantitative. The data obtained indicate that we are well served by data sources and social measurement instruments, but there is a lack of trained technical staff in the municipal management teams to interpret, employ and evaluate social indicators. Based on the results and discussions presented, we consider that economic growth is not always aligned with the improvement of social conditions, and that the biggest obstacle to the use of social indicators is the time desired by the manager for the return of a certain public policy.

Keywords: Social Indicator, Social program, public policy, data source.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	10
3 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....	11
4 OBJETIVOS.....	11
4.1 OBJETIVO GERAL.....	11
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
5 REVISÃO DA LITERATURA.....	12
5.1 SURGIMENTO E O CONCEITO DE INDICADORES.....	12
5.1.1 Surgimento dos indicadores sociais.....	13
5.1.2 Conceito de indicadores sociais.....	14
5.2 SISTEMAS, CLASSIFICAÇÃO E A RELAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS COM OS INDICADORES SOCIAIS.....	15
5.2.1 Sistemas de indicadores sociais.....	15
5.2.2 Classificação dos indicadores sociais.....	17
5.2.3 A relação das políticas públicas sociais com os indicadores sociais.....	18
5.3 PRINCIPAIS FONTES DE DADOS E PESQUISAS.....	19
5.4 PRINCIPAIS INDICADORES SOCIAIS.....	23
5.4.1 Indicadores demográficos.....	24
5.4.1.1 Taxa de natalidade.....	24
5.4.1.2 Taxa de crescimento demográfico.....	25
5.4.1.3 Taxa de urbanização.....	26
5.4.1.4 Taxa de mortalidade infantil.....	27
5.4.2 Indicadores de saúde.....	28
5.4.2.1 Indicadores de morbidade e de atendimento à saúde.....	28
5.4.2.2 Indicadores de desnutrição e insegurança alimentar.....	29
5.4.2.3 Coeficientes técnicos de recursos.....	30
5.4.3 Indicadores educacionais, de cultura e de ciência e tecnologia.....	30
5.4.3.1 Taxa de analfabetismo.....	30
5.4.3.2 Escolaridade média.....	31
5.4.3.3 Taxa frequência escolar.....	31
5.4.3.4 Indicadores de rendimento escolar e desempenho educacional.....	32
5.4.3.5 Coeficientes técnicos de recursos.....	33
5.4.4 Indicadores de acesso à informação e a cultura.....	34
5.4.5 Indicadores de ciência, tecnologia e inovação.....	35
5.4.6 Indicadores de mercado de trabalho, renda e desigualdade.....	35
5.4.6.1 Taxa de participação.....	35
5.4.6.2 Taxa de desemprego aberto e oculto.....	36
5.4.6.3 Rendimento médio do trabalho.....	37
5.4.6.4 Índice de gini para distribuição de renda.....	38

5.4.7 Indicadores de pobreza, insegurança alimentar e desenvolvimento humano.....	38
5.4.7.1 Indicadores de pobreza como insuficiência de renda ou de pobreza monetária.....	39
5.4.7.2 Insegurança alimentar e outros enfoques na medição da pobreza.....	40
5.4.7.3 Índice de desenvolvimento humano - IDH.....	41
5.4.8 Indicadores habitacionais, de infraestrutura urbana e qualidade de vida.....	42
5.4.8.1 Proporção de domicílios adequados.....	42
5.4.8.2 Taxa de cobertura dos serviços urbanos.....	43
5.4.9 Indicadores de transporte.....	44
5.4.10 Indicadores de qualidade de vida.....	44
5.4.11 Indicadores de criminalidade e homicídio.....	45
5.5 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS.....	46
5.5.1 Avaliação de programas sociais.....	46
5.5.2 Monitoramento de programas sociais.....	47
7 CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho está voltado para identificar e analisar as diversas fontes de dados, discutindo as potencialidades e limites de sua aplicação nas diversas etapas de execução de uma política pública municipal, norteando a atuação do gestor público municipal na sistematização das noções básicas para construir, usar e interpretar os indicadores sociais, identificando as diferentes fontes de dados, pesquisas, relatórios sociais e sítios de informação estatística e indicadores que procure oferecer aos gestores municipais elementos básicos para elaborar diagnósticos sociais abrangentes, com o intuito de subsidiar a proposição de programas e projetos sociais dentro do município. Torres, Ferreira e Dini, afirmam que “tanto na definição de metas como na priorização e direcionamento das intervenções, possibilitariam mais rapidez e eficiência ao gestor público para atingir seus diferentes objetivos” (TORRES, FERREIRA e DINI, 2000, p.1)

Discutir a importância da potencialidade e limites da sua aplicação nas diversas etapas do ciclo de formulação e avaliação de uma política pública no âmbito dos municípios, também construir sistemas de indicadores e/ou um painel de indicadores para viabilizar o monitoramento contínuo da ação governamental municipal. Otonni “a forma de expressar um conceito tem influência definitiva sobre a produção de informações relativas ao objeto de estudo”. E que “uma vez estabelecido o conceito, deve-se ter condições de iniciar o processo de definição dos componentes”. (OTONNI, 2006, p.24)

É essencial ao gestor público municipal conhecer o conceito de política pública, pois é necessário que ele saiba a racionalidade e a perfeita compreensão dos estudos em torno do assunto, isto o alimentará de informações para tomar a melhor decisão na implantação de determinada política pública no âmbito do município.

Quanto à aplicação das políticas públicas, os indicadores sociais são utilizados para apontarem, indicarem, aproximarem e traduzirem as dimensões de interesse público, eles dão base ao planejamento e a formulação delas. Possibilitam também, o monitoramento das reais condições de vida dos municípios.

Os principais Indicadores Sociais que temos no Brasil servem para o aperfeiçoamento das políticas públicas brasileira, onde nossa maior fonte de dados e informação é oriunda do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que

atende às necessidades dos mais diversos seguimentos da esfera pública. Um dos principais objetivos dos estudos e análise da coleta desses dados e informações é o cálculo da evolução do Índice de desenvolvimento Humano (IDH). Carley afirma que se necessita de “um conjunto convergente e simples de indicadores, capazes de refletir uma realidade que está aí, desafiando a todos, e de exigir intervenções seguras e corretas”. (CARLEY, 1981, p.25)

Portanto, faremos uma análise bem estruturada dos indicadores sociais, possibilitando ao gestor público municipal informações que permitam avaliar aonde o município vai, onde está e como vai seguir. Pois são através desses indicadores que sabemos se um município é bem estruturado e desenvolvido ou não, o que os tornam em ferramentas indispensáveis ao gestor público municipal. Por fim, o gestor público municipal tem que saber interpretar e entender a importância dos indicadores sociais como um instrumento de gestão pública, o que facilitará na elaboração das melhores políticas públicas a ser adotada e executada, isso sempre com o intuito de proporcionar aos munícipes uma melhor qualidade de vida.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Sabe-se que a metodologia é uma parte essencial na produção dos trabalhos científicos, que possibilita a predisposição de processos que poderão ser desenvolvidos. Conforme Prodanov e Freitas “por método podemos entender o caminho, a forma, o modo de pensamento. É a forma de abordagem em nível de abstração dos fenômenos. É o conjunto de processos ou operações mentais empregados na pesquisa”. (PRODANOV e FREITAS, 2013, p.26)

Tendo em vista o objetivo de nossa pesquisa, utilizar-se-á o tipo que achamos mais adequado para seu desenvolvimento, onde se escolheu o exploratório, pois ele nos proporcionará uma maior familiaridade com nosso problema. E por envolver um levantamento de procedimentos de cunho bibliográfico, também pelas características de mostrar um único e inovador significado através do conhecimento sobre o tema e por não ter um padrão de estrutura obrigatória. Segundo Birochi “a pesquisa exploratória ajuda a verificar a viabilidade do que é proposto em termos de tempo, esforços e recursos, assim como a aplicação adequada e equilibrada desses recursos”. (BIROCHI, 2015, p.49)

Quanto à natureza utilizamos a aplicada, pois tem o objetivo de gerar conhecimento de aplicação prática para problemas específicos no âmbito do município. Já quanto ao método aplicado foi o indutivo, pois observamos e supomos, por meio de dados para chegar a uma conclusão. De acordo com Gil “nesse método, parte-se da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer”. (GIL, 1994, p. 29)

A abordagem do tema se dará de forma que os elementos caracterizadores tornem a análise mais completa, portanto, nossa pesquisa será qualitativa, pois será a partir da realização de uma atividade contextualizada da realidade social, retratando de fato as inferências dos indicadores sociais no bem-estar social do município. Conforme Birochi “ao interagir com a realidade, o pesquisador realiza um processo contínuo de interpretação e transformação, que são atributos essenciais da pesquisa qualitativa.”. (BIROCHI, 2015, p.55)

3 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

O trabalho apontará a importância dos indicadores socioeconômicos, que passaram a ter grande destaque nas discussões acadêmicas e na elaboração das políticas públicas dentro dos municípios, pois passaram a servir como base de fundamentação na elaboração de projetos e programas que viabilizam a implantação de determinada política pública, tornando-se essencial aos gestores municipais à interpretação desses indicadores, com objetivo de que seja feita a melhor escolha da política pública municipal a ser executada.

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

O estudo tem por objetivo analisar a atuação do gestor público municipal na sistematização das noções básicas para construir, usar e interpretar os indicadores sociais;

4.2 ESPECIFICOS

Identificar as diferentes fontes de dados, pesquisas, relatórios sociais e sítios de informação estatística e indicadores que procure oferecer aos gestores municipais elementos básicos para elaborar diagnósticos sociais abrangentes com o intuito de subsidiar a proposição de programas e projetos sociais;

Discutir as potencialidades e limites da sua aplicação nas diversas etapas do ciclo de formulação e avaliação de uma política pública no âmbito dos municípios para construir sistemas de indicadores para viabilizar o monitoramento contínuo da ação governamental municipal.

5 REVISÃO DA LITERATURA

5.1 SURGIMENTO E O CONCEITO DE INDICADORES SOCIAIS

É essencial ao gestor público municipal conhecer os conceitos de política pública, pois é necessário que ele saiba a racionalidade e a perfeita compreensão dos estudos em torno do assunto, isto o alimentará de informações para tomar a melhor decisão na implementação de determinada política pública no âmbito do município. Secchi diz que política pública “é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público e possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público”. (SECCHI, 2014, p.1).

O gestor público municipal tem que saber entender a real importância dos indicadores sociais como um instrumento de gestão pública, onde facilitará a elaboração das melhores políticas públicas a serem executadas, que sempre tenha o intuito de proporcionar aos munícipes uma melhor qualidade de vida, o que o ajudará no monitoramento dos efeitos das políticas adotadas.

Na aplicação das políticas públicas, os indicadores sociais são utilizados para apontarem, indicarem, aproximarem e traduzirem as dimensões de interesse público, eles dão base para ao planejamento e a formulação delas. Possibilitam também, o monitoramento das reais condições de vida dos munícipes. Segundo Jannuzzi, “eles se prestaram a subsidiar as atividades de planejamento público”. (JANNUZZI, 2014, p.20)

Os principais indicadores socioeconômico que temos no Brasil, servem para o aperfeiçoamento das políticas públicas brasileira, onde nossa maior fonte de dados e informação são oriundas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que

atende às necessidades dos mais diversos seguimentos da esfera pública, um dos principais objetivos dos estudos e análise da coleta desses dados e informações é o cálculo da evolução do Índice de desenvolvimento Humano (IDH).

Uma análise bem estruturada dos indicadores sociais possibilita ao gestor público municipal informações que permitem avaliar aonde o município vai, onde está e de como vai seguir. Pois são através desses indicadores que sabemos se um município é bem estruturado e desenvolvido ou não, o que os tornam em ferramentas indispensáveis ao gestor público municipal.

5.1.1 Surgimento dos indicadores sociais

O surgimento dos indicadores sociais está diretamente ligado ao Estado de bem-estar social, onde foi percebido através do avanço das atividades de planejamento do setor público ao longo do século XX. (JANNUZZI, 2017) O sociólogo Emile Durkheim teve grande importância no desenvolvimento da área, pois foi através de seus estudos que o tema ganhou corpo científico na década dos anos 60, onde tinham como intuito a organização de sistemas que melhor englobasse o monitoramento das transformações sociais e medissem os impactos das políticas sociais de países desenvolvidos e os ainda em desenvolvimento.

Foi a partir do referido período que começaram a constatar as evidências do desalinhamento entre o crescimento econômico e as melhorias das condições sociais da população dos países caracterizados como de terceiro mundo. Segundo Carley “quanto mais bem-sucedidos se tornavam os indicadores econômicos, mais evidentes eram suas limitações na avaliação de considerações mais amplas do bem-estar social, tais como os aspectos qualitativos da vida” (CARLEY, 1981, p.18)

Entendeu-se que o crescimento econômico não era condição suficiente para assegurar o desenvolvimento social, baseado nisso, os países centrais não se utilizavam dos indicadores econômicos em seus diversos aspectos, tampouco na elaboração de políticas públicas sociais, com viés redistributivo ou compensatório nas suas diversas áreas.

Em face deste quadro, empreendeu-se um imenso esforço conceitual e metodológico para o desenvolvimento de instrumentos de mensuração do bem-estar e da mudança social nas agências estatísticas dos diversos países, como no IBGE, no Brasil, sob os auspícios das instituições

multilaterais como o IBGE – um dos principais produtores de pesquisas, estatísticas e indicadores sociais no Brasil, responsável pela coordenação geral do Sistema Nacional Estatístico. (JANNUZZI, 2014, p.53)

Portanto, vários sistemas nacionais de elaboração e propagação de estatísticas públicas começaram a elaborar novas formas de análise e relatórios sociais, onde foi depositada uma grande esperança nessas novas formas. No entanto, as expectativas não foram as esperadas pelos governantes, pois viu-se que o emprego dos indicadores não trazia retorno ao prazo que eles desejavam, o que criou uma desconfiança na aplicação dos indicadores no planejamento das políticas públicas, gerando questionamentos sobre a finalidade e utilidade dos indicadores sociais nas políticas públicas. Borja e Moraes afirmam que “a fragilidade nos marcos teóricos e metodológicos tem estimulado pesquisadores e grupos de pesquisa para o aprofundamento dessa questão, e não tem impedido que estes façam propostas e testem indicadores e índices”. (BORJA; MORAES, 2001, p.239)

No Brasil, essa desconfiança logo foi superada, com a promulgação da constituição de 1988 e a institucionalização de um sistema de proteção social mais holístico, juntamente com o aperfeiçoamento das produções e implantações das políticas públicas por Estados e municípios, ratificando a importância dos indicadores sociais em todas as fases do ciclo de emprego das políticas públicas. (JANNUZZI, 2017)

5.1.2 Conceito de indicadores sociais

Conforme Jannuzzi “no campo das políticas públicas, os indicadores sociais são usados para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou demanda de interesse programático na área social”. (JANNUZZI, 2014, p.20)

É através da escolha de uma política pública que os indicadores mostram, refletem e traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse a ser alcançado por esta política escolhida. Eles, os indicadores, dão subsídio para as atividades de planejamento e formulação de políticas sociais em diferentes esferas de um governo, onde possibilitam o acompanhamento das condições de qualidade de vida e bem-estar da população por parte da administração pública e sociedade

civil interessada, possibilitando também o aprofundamento de uma análise acadêmica.

Jannuzzi ainda menciona que “indicadores se prestam a retratar a realidade social; tal como termômetro, são instrumentos que permitem avaliar a ‘temperatura’ do ambiente social”. (JANNUZZI, 2017, p.21)

Giovenardi e Luna, afirmam que é “uma relação entre dois pontos, uma medida para demonstrar a modificação ou o resultado de uma atividade ou projeto, que sinaliza a maior ou menor probabilidade de se alcançar as metas estabelecidas, num período de tempo”. (GIOVENARDI; LUNA, 1997, p.56)

Para Borba, são “informações que ajudam a medir as mudanças ocorridas em projetos, um objetivo que foi alcançado, uma resposta a uma questão”. (BORBA, 1999, p.35)

Diante dos conceitos apresentados, entendemos que os indicadores são elementos metodológicos, baseados na experiência, que nos mostra alguma informação das reais características sociais, ou alguma relação de modificação que elas tenham obtido dentro processo. Na pesquisa acadêmica depreendemos que os indicadores sociais são conexões entre as espécies que explicam a teoria social e a sua comprovação, com base na experiência dos efeitos sociais examinados.

Portanto, os indicadores sociais são elementos que dão suporte para o planejamento governamental, seja ele em nível federal, estadual ou municipal. São eles que ajudam o Poder Público e Sociedade Civil no rastreamento das desigualdades sociais, bem como no aperfeiçoamento das pesquisas acadêmicas, possibilitando mostrar um desenho aproximado da realidade social de determinada população.

5.2 SISTEMAS, CLASSIFICAÇÃO E A RELAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COM OS INDICADORES SOCIAIS

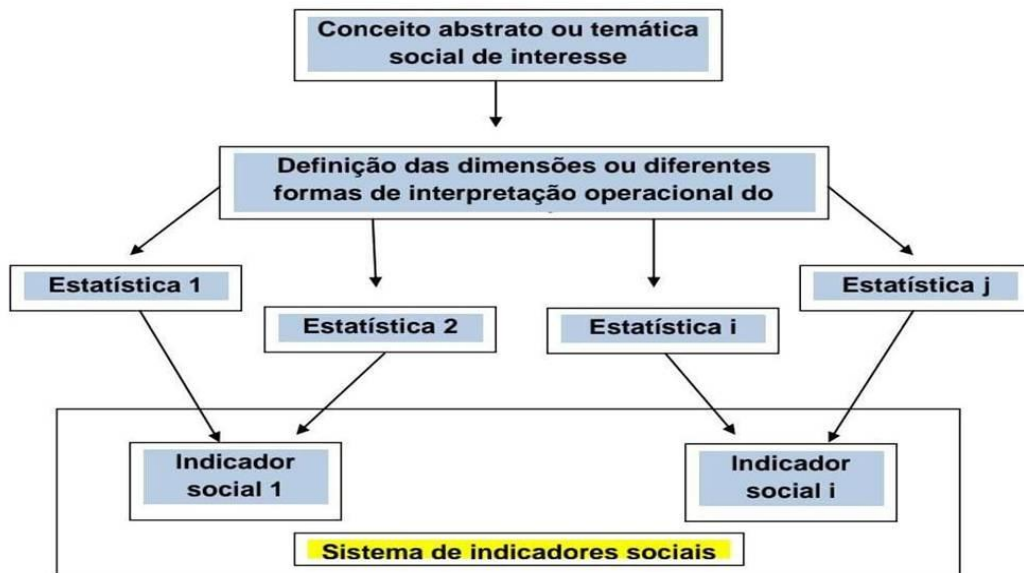
5.2.1 Sistemas de indicadores

Jannuzzi define Sistema de Indicadores Sociais como “o conjunto de indicadores sociais referidos a um determinado aspecto da realidade social ou à área de intervenção programática”. (JANNUZZI, 2017, p.24)

A partir dessa definição, podemos afirmar que sistema de indicadores sociais são as mais diversas imagens obtidas para relatar uma realidade social, funcionando como um álbum. Um sistema de indicadores sociais pode ser criado a partir de 4 (quatro) etapas, que envolve uma série de tomadas de decisões de cunho metodológico, quais sejam:

- Definição operacional do conceito abstrato ou a temática que se refere à questão;
- A preliminar do conceito ou temática a que se reporta o sistema de indicadores, com as definições das dimensões a ser investigada;
- Obtenção das estatísticas públicas pertinentes a área de intervenção;
- Por último, a combinação orientada das estatísticas disponíveis.

Modelo de Construção de um sistema de indicadores para diagnóstico social:



Fonte: SILVA, 2022.

No entanto, para que seja criado um sistema de indicadores não podemos ficar apenas nos debates teóricos das academias. Devemos utilizar todos os fundamentos e referências normativas que estão definidos por nossa Carta Magna, nos estatutos e nos planos nacionais. No Brasil, temos a erradicação da pobreza, desenvolvimento humano e direitos humanos como os três principais e diferentes orientadores para criação de indicadores sociais.

5.2.2 Classificação dos indicadores sociais

Existem diversas formas de classificarmos os indicadores sociais, onde temos como mais comum a sua divisão pela área temática a que se refere a realidade social, mas eles podem ser classificados em mais de uma temática, isto de acordo com a prática de pesquisa e sua propriedade essenciais do indicador. Otonni afirma que “a classificação mais comum é a divisão segundo a área temática da realidade social a que se referem, ou seja, são agrupados nas áreas de saúde, educação, demografia, habitação, meio-ambiente, segurança e justiça, renda e pobreza”. (JANNUZZI, 2001, p.43 apuc OTONNI, 2006, P.28)

Podemos também classificá-los de uma forma básica e usual que está relacionada ao compartimento dos indicadores em objetivos e subjetivos. O primeiro está relacionado a fatos ou a entes que estejam baseados na experiência da realidade social, que sejam construídos com base nas estatísticas disponibilizadas pelo poder público. Quanto ao segundo, eles se relacionam por outro prisma, retratam as medidas elaboradas com a perspicácia das pessoas ou de técnicos com relação a diferentes aparências da nossa realidade, colhidos em pesquisas de opinião pública ou em algum grupo de discussão.

Conforme Jannuzzi, “com essas diferenças conceituais, indicadores objetivos e subjetivos referidos a uma mesma dimensão social podem não apontar as mesmas tendências”. (JANNUZZI, 2017, p.29)

Outra forma de classificação dos indicadores sociais é quanto a sua divisão em descritivos e normativos, que são menos utilizados e mais contestáveis. Os indicadores sociais descritivos auferem e descrevem particularidades e aspectos da veracidade baseado na experiência, na definição metodológica ínfima e consensual, com reduzido significado valorativo. Já os indicadores sociais normativos, contrariamente, retratam claramente juízo de valor ou parâmetros normativos com relação à proporção social examinada.

O fato é que todo indicador social tem um viés internamente normativo, por advirem de processos que dão margem para interpretação da realidade, pois não são neutralizados ou puramente objetivados na sua elaboração. Os elementos que indicam uma conjuntura social diferente, depende da análise do observador, das normas vigentes ou dos valores do que é socialmente bom ou ruim.

A complexidade metodológica na elaboração do indicador é também empregada como critério para diferenciação de dois grupos de indicadores: os primários e os compostos. Os indicadores primários são estruturados com fundamento em uma estatística social específica, onde se refere a uma importância social escolhida. Já os indicadores compostos, conhecidos também de sintéticos ou índices sociais, são produzidos através da junção de dois ou mais indicadores primários, que se refere a uma mesma ou diferentes situações da realidade social.

Segundo Guimarães “a criação de índices sociais costuma ser justificada pela suposta simplicidade e capacidade de síntese que eles apresentam em situações em que se precisa ter uma avaliação geral do bem-estar, das condições de vida ou do nível socioeconômico de diversos grupos sociais”. (GUIMARÃES, 2008, p.32)

Portanto, é de grande importância que o gestor público tenha noção da medida-síntese elaborada de algum indicador específico e sensível ao resultado de alguma intervenção. No entanto, ele tem que ser resistente às tentações de revestimento da realidade de apenas uma medida, pois as complicações do método e o quantitativo de indicadores primários usados na construção de algum índice não confirmam uma maior fundamentação científica ou tecnopolítica.

Ressaltamos ainda que a operacionalização de sintetização compreensão social habitualmente tende a incidir em perda crescente de contiguidade entre os conceitos e medidas de clareza para seus possíveis utentes. Sabe-se que qualquer indicador se envolve no processo de sintetização, modernização ou simplificação da verdade real.

5.2.3 Relação das políticas públicas com os indicadores sociais

A gestão pública moderna exige do gestor público a capacidade do conhecimento dos dados fornecidos pelos indicadores, seja qual for o cenário, as políticas públicas são de essencial importância para que se possa alcançar o bem-estar da sociedade.

O gestor público tem a obrigação de ter o conhecimento necessário sobre os indicadores, à relevância deles na elaboração, implementação e avaliação de uma política pública é extrema, e não podemos deixar de levar em consideração. O fato é, seja qual for a etapa da aplicação da política pública, os indicadores são essenciais para o êxito delas. Eles são imprescindíveis, tendo em vista que se

apresentam como “um instrumento operacional para monitoramento da realidade social para fins de formulação e reformulação de políticas públicas”. (JANNUZZI, 2017, p.25).

Os indicadores sociais nos proporcionam a solução para um problema antigo entre os gestores público, que é de como eles sabem utilizar essas ferramentas na administração pública, as informações disponibilizadas sobre a realidade social de grande importância para o gestor. Os indicadores são de grande relevância para construção, implementação e avaliação de uma política pública, eles traduzem variações que permitem um monitoramento seguro da política pública numa gestão governamental, isso tendo em vista o fornecimento de subsídios que refletem a respeito dos elementos que induzem diferentes atuações, seja ela econômica ou social em determinada localidade, podendo também ser observado os impactos e resultados das políticas públicas implementadas. Leporace afirma que “a qualidade do indicador está relacionada aos procedimentos metodológicos utilizados em sua construção, que devem ser teoricamente fundamentados e descritos de tal forma que permitam sua replicabilidade e lhe confirmam validade”. (LEPORACE, 1999, p.22)

No entanto, a escassez de indicadores sociais na elaboração, implementação e monitoramento da política pública, deixa a atuação do administrador público inócua, sem rumo e sem fundamento para chegar à eficiência desejada no setor público, desviando do objetivo de sua aplicabilidade, que é alcançar a realidade dos problemas da população atendida.

Por isso, são diversos os motivos do crescimento do uso dos indicadores sociais, que tanto tem contribuído para o acerto das políticas públicas implantadas para o bem-estar da sociedade brasileira, uma delas é a propagação de forma ampla dos resultados obtidos pelas pesquisas socioeconômicas realizadas pelos institutos de estatísticas e pesquisas com ligação ao planejamento do poder público e alguns organismos internacionais.

Portanto, foi dessa forma que os indicadores sociais passaram a fazer parte dos discursos dos gestores e agentes públicos, que são os responsáveis pela formulação das políticas públicas, são eles que definem as prioridades das políticas sociais. (JANNUZZI, 2017)

5.3 PRINCIPAIS FONTES DE DADOS E PESQUISAS

Virmos que os indicadores sociais são elaborados com estatísticas sociais obtidas em censo demográficos, pesquisas amostrais, em registros administrativos do poder público e, também, os cadastros públicos.

A disponibilidade de indicadores para uso no diagnóstico da realidade social empírica, formulação e avaliação de políticas ou análise de mudança social, pois, condicionada à oferta e as características dessas fontes de dados. Ao contrário de indicadores e estatísticas econômicas, que têm valor de compra no mercado e, por isso, contam com produtores privados, os indicadores sociais, e os ambientais, são elaborados com base nas informações produzidas predominantemente no âmbito das instituições públicas". (JANNUZZI, 2017, p.43)

O sistema brasileiro de estatísticas sociais, demográficas, ambientais e econômicas é gestacionado por diversas agências, seja de âmbito federal, estadual ou municipal, com a coordenação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Criado em 1934, tendo como fundador e grande incentivador, o estatístico Mário Augusto Teixeira de Freitas, contudo, iniciou suas atividades apenas em 29 de maio de 1936. Tendo como seu principal objetivo: identificar e analisar o território brasileiro, contando a população, demonstrando como a economia evolui através do trabalho e da produção das pessoas, revelando assim ainda como elas vivem. O IBGE é uma instituição da administração pública federal, estando vinculada ao Ministério da Economia, possuindo assim quatro diretorias e dois órgãos centrais. Segundo Hakkert "pela abrangência temática e possibilidades de desagregação espacial, a principal fonte de informação para a construção de indicadores municipais no país é o censo demográfico, realizado a cada 10 anos". (HAKKERT, 1996, p.31)

A fim de abranger todo o território nacional ele conta com:

- a) 27 Unidades Estaduais (26 nas capitais dos estados e 1 no Distrito Federal);
- b) 27 Supervisões de Disseminação de Informações (26 nas capitais e 1 no Distrito Federal);
- c) 564 Agências de Coleta de dados nos principais municípios.

Tendo como suas principais funções: Produção de informações estatísticas, geocientíficas, censitárias, ambientais, disseminação de informações, além de gerir o Ensino Superior, Pesquisa e Extensão. É realizado decenalmente o maior Censo Demográfico do país. Nele são coletados diversos dados que são compilados a fim de resultar em informações que auxiliam os atores políticos em seu processo de tomada de decisões.

Exemplo por fonte de dados por entes da federação e sociedade civil.

SITES COM ESTATÍSTICAS, INDICADORES E RELATÓRIOS SOCIAIS		
	INSTITUIÇÃO	SITE
DADOS ESTATÍSTICOS NA ESFERA FEDERAL	IBGE	www.ibge.gov.br
	INEP	www.inep.gov.br
	DATASUS	www.datasus.gov.br
	Ministério de Trabalho	www.mte.gov.br
AGÊNCIAS ESTADUAIS DE ESTATÍSTICAS	ANIPES	www.anipes.org.br
	CONDEPE(PE)	www.condepefidem.pe.gov.br
	SEADE (SP)	www.seade.gov.br
ORGANIZAÇÕES NO CAMPO DE PESQUISA E FORMAÇÃO	DIEESE	www.dieese.org.br
	Fundação Getúlio Vargas	www.fgv.br
	Fundação Joaquim Nabuco	www.fundaj.gov.br

Fonte: Silva, 2022.

No intervalo entre um censo e outro (a cada cinco anos) é realizada a contagem populacional. Esta também é uma operação censitária que visa atualizar os contingentes populacionais dos municípios, além de propiciar subsídios para projeções dos anos subsequentes. A coleta de dados se dá nos domicílios brasileiros. Seu processo de disseminação de informações se dá por meio de publicações impressas e eletrônicas. Com áreas de atendimento em todas as capitais e Distrito Federal, além das principais cidades do território. Uma das importantes fontes para conhecer a produção do Instituto é o Catálogo do IBGE, que fornece pontos de acesso ao valioso acervo de informações sociais, econômicas e territoriais.

O Brasil poderia ser mais desigual, mais pobre, se não fosse o trabalho desenvolvido pelo IBGE. Uma vez que, a partir das informações por ele divulgadas, torna-se possível adotar medidas eficazes que auxiliam no processo de desenvolvimento cultural, social, econômico e político do país. Levando em consideração que as políticas públicas dependem de uma série de fatores, dentre as quais as estatísticas desempenham papel fundamental como já foi visto por nós.

No que concerne os governos federal, estaduais e municipais, detêm de uma assertividade maior, tendo em vista, a divulgação dessas informações que oferecem maior entendimento e vislumbra um espectro do atual cenário que pode ser local, regional ou nacional. Assim, podendo reduzir os índices de vulnerabilidade social em que muitos se encontram. Podendo assim também reavaliar políticas públicas como educação, saúde, lazer, saneamento, promoção de desenvolvimento social, econômico e cultural.

Dessa forma, vale a pena ressaltar que as análises dos ciclos econômicos de curto prazo têm norteado a gestão política econômica nacional. Considerando assim o tripé macroeconômico (meta de inflação, superávit fiscal, taxa de câmbio) que vem possibilitando reajustes nos modelos de gestão a fim de aperfeiçoar medidas que sejam mais efetivas para o bom desenvolvimento do país.

Exemplos de fontes de dados utilizadas com regularidade pelos gestores:

PRINCIPAIS PUBLICAÇÃO REGULARES DE INDICADORES SOCIAIS					
INSTITUIÇÕES	IBGE	IPEA	MINISTÉRIOS	INSTITUIÇÕES TÉCNICO-CIENTIFICO	REFERENCIAS INTERNACIONAIS
PUBLICAÇÕES	Anuário Estatístico do Brasil	Boletim de Políticas Sociais	Anuário do Sistema público de Emprego trabalho e Renda	Anuário Brasileiro de Segurança Pública – FBSP	Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe – CEPAL
	Brasil em números	Planejamento e Políticas Sociais	Anuário Estatístico da Previdência Social	Avaliação Educacional – FCC	Demographic Yearbook – UNSD
	Indicadores de desenvolvimento sustentável	Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio	Censo do Sistema Único da Assistência Social	Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação – RBMA	Education at a Glance – OCDE
	Revista Brasileira de Estatística		Estatística Educacionais/Avaliação da Educação Básica	Revista Brasileira de Segurança Pública – FBSP	Relatório do Desenvolvimento Humano – PNUD
	Revista Brasileira de Geografia		Perfil das Famílias Inscrita no Cadastro Único		Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial – BIRD
	Síntese de Indicadores sociais		Saúde no Brasil		Situação da Infância no Mundo - UNICEF

Fonte: Silva, 2022.

Portanto, temos como principais fontes dados e pesquisas:

- a) Os censos demográficos que refletem as suas agendas de preocupações de seu tempo, da sociedade e governo.
- b) A pesquisa nacional por amostra de domicílio (PNAD) que foi implantada no final década de 60, com objetivo de coletar as mudanças do mercado de trabalho brasileiro, no entanto, hoje investiga várias temáticas da agenda política brasileira.
- c) Pesquisa nacional por amostra de domicílio contínua (PNAD-C) que tem o objetivo de elaborar estatísticas para acompanhar o mercado de trabalho, de rendimentos e outros diversos aspectos socioeconômico do Brasil, que veio a substituir a anterior.
- d) Pesquisa de orçamento familiar e outras pesquisas sociais (POFs) tem o objetivo de atualizar a composição e valor da cesta básica de alimentos para cálculo de linhas de extrema pobreza e de pobre.
- e) Registros administrativos do Ministério do Trabalho e Previdência Social, foi uma das primeiras instituições da administração pública a fornecer dados administrativos para o monitoramento social. O ministério tem como principais sistemas de informação a relação anual de informações sociais (RAIS) que é alimentada pelas informações fornecidas pelas empresas e empregadores de mão de obra. A outra é cadastro geral de empregados e desempregados (CAGED) que tem um objetivo mais específico no acompanhamento e fiscalização do processo de admissões e desligamentos dos trabalhadores brasileiros.
- f) As fontes de dados e pesquisas na área de Educação que tem como principal levantador dos dados na área de educação o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) que é vinculado ao ministério da Educação.
- g) Registros, Cadastros e Sistemas de Informação na área de Saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem um banco de dados e informações que são integrados as três esferas do poder público, facilitando o compartilhamento entre os entes da federação brasileira.

5.4 PRINCIPAIS INDICADORES SOCIAIS

No estudo das mudanças sociais, na construção de diagnósticos para elaboração de programas sociais ou na avaliação destes, o gestor público necessita dispor de providências para as diversas dimensões do contexto social. O gestor não pode analisar as mudanças de um determinado problema social de forma isolada. A análise não deve ser apenas com a medida de desempenho diretamente ligada ao problema, mas sim de forma que possa analisar o conjunto de indicadores que possam influenciar na retratação da realidade social.

Para Jannuzzi, “indicadores são como fotografias da realidade social; retratam aspectos segundo o ângulo e foco de quem as tirou. Assim, uma boa foto – ou indicador – não depende apenas de boa câmera – ou técnica -; mas da destreza e experiência do fotógrafo – ou pesquisador – no terreno de interesse. (JANNUZZI, 2017, p.79)

5.4.1 Indicadores demográficos

Os indicadores demográficos são os mais mencionados e constantemente atualizados, principalmente aqueles que estão ligados ao crescimento populacional. Conforme Vasconcelos Filho, “os indicadores demográficos são ferramentas que facilitam a análise da população de uma região como um todo, pois se utilizam de dados simples, como nascimentos, óbitos, população total, entre outros, para formar razões que tornam até mesmo regiões de dimensões distintas comparáveis entre si”. (VASCONCELOS FILHO, 2016, p.10)

5.4.1.1 Taxa de natalidade

Indicador diretamente relacionado ao crescimento populacional, onde estabelece parâmetro básico para que a população seja dimensionada, indicando as características de determinada população. Ela serve para auxiliar na análise do desenvolvimento humano, também é utilizada para a análise do crescimento populacional de determinado lugar. Sendo representada pelo número de crianças que nascem vivas no período de um ano, devendo excluir as crianças que nascem mortas e as que falecem logo após seu nascimento.

O cálculo é feito levando-se em consideração o número de nascimentos e o de habitantes do local em análise, onde cada mil habitantes é a base de cálculo para se obter o resultado em permilagem (número por mil) conforme fórmula abaixo:

$$\text{TAXA DE NATALIDADE} = \frac{\text{NASCIMENTOS VIVOS NO ANO}}{\text{POPULAÇÃO ESTIMADA MEIO DO ANO}} \times 1.000$$

Por sua importância e sua constante atualização, a referida taxa é um indicador que se mais utiliza nos anuários estatísticos e relatórios sociais. A partir dos anos 2000 a confiabilidade aumentou consideravelmente, isso se deu por conta da ampliação da cobertura aos registros civis de nascimentos.

A taxa de natalidade nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos tem característica peculiar a cada um deles, pois nos países desenvolvidos ela apresenta-se de forma estável, em declínio ou reduzida, políticas públicas voltadas à saúde e à educação atendem à população de maneira eficiente, as famílias costumam ser planejadas, as mulheres encontram-se cada vez mais inseridas no mercado de trabalho, tardando casamentos e filhos, o acesso à saúde, medicamentos e métodos contraceptivos é uma realidade social. Já nos países subdesenvolvidos apresenta-se forma elevada em decorrência dos problemas sociais vividos nesses países, as políticas públicas referentes à saúde, educação e oportunidades de emprego são ineficientes, boa parte da população vive em situação de pobreza, faltam recursos básicos para viver e com a qualidade de vida é baixa.

5.4.1.2 Taxa de crescimento demográfico

A taxa de crescimento demográfico tem forte relação com a taxa de natalidade, onde expõem o andamento da expansão populacional. Conforme Jannuzzi, ela “é calculada como uma função da razão entre os quantitativos

populacionais em dois momentos no tempo (t_n e t_1), e é expressa em termos de % ao ano". (JANNUZZI, 2017. P.83)

A fórmula que é utilizada para calcular a taxa de crescimento demográfico se dar da seguinte forma:

Taxa de crescimento anual é igual a:

$$\left[\frac{\text{Popul}(t_n)}{\text{Popul}(t_1)} - 1 \right] \times 100$$

A taxa de crescimento demográfico pode ser calculada sobre vários grupos de faixas etárias, onde tem sua aplicabilidade mais relevante na formulação de políticas sociais que as cifras gerais, conforme permita a estimar a taxa de expansão requerida dos inúmeros serviços e equipamentos sociais a serem possibilitados. A referida taxa também é um indicador que constantemente é veiculada nos relatórios e nos anuários estatísticos.

5.4.1.3 Taxa de urbanização

A taxa de urbanização como já sabemos é um indicador demográfico com objetivo de mensurar uma parte da população nacional ou regional que habita em área urbana, que, geralmente, tem um maior acesso aos bens públicos, aos serviços básicos de infraestrutura urbana e aos serviços sociais.

O gestor público deve ter o cuidado necessário ao trabalhar com este indicador, pois ele enquanto medida de acessibilidade aos programas e equipamentos sociais é consideravelmente limitada, por depender de alocação de recursos público, entre outros fatores.

O cálculo da taxa de urbanização se dar pela seguinte formula:

População residente em áreas urbanas

$$\text{Taxa de Urbanização} = \frac{\text{População residente em áreas urbanas}}{\text{Total de população}} \times 100$$

Independente das limitações referenciadas de validade e de confiabilidade, o referido indicador é referenciado nos vários relatórios de indicadores sociais.

5.4.1.4 Taxa de mortalidade infantil

A taxa de mortalidade no seu emprego estritamente demográfico e de caracterização dos níveis e padrões de mortalidade, mas também é utilizada, tipicamente, como indicador social expressivo de vida ou saúde que precede em determinada localidade ou grupo populacional.

Conforme Jannuzzi “a taxa é definida como a razão entre o número de óbitos entre crianças de até 1 ano e total anual de crianças nascidas vivas, expresso em termos de milhares”. (JANNUZZI, 2017, p.85)

Um indicador que está diretamente ligado a taxa de mortalidade infantil, é o indicador de mortalidade materna, que tem como relação os óbitos de mães que conseqüentemente das complicações na gravidez, parto e do estado puerperal com relação ao quantitativo de crianças nascidas vivas.

Calculamos a taxa de mortalidade infantil da seguinte forma:

Óbito de crianças com até 1 ano

$$\text{Taxa de mortalidade infantil} = \frac{\text{Óbito de crianças com até 1 ano}}{\text{Nascidos vivos no ano}} \times 1.000$$

Em princípio, a taxa de mortalidade infantil pode calculada anualmente, ou até com mais frequência para o domínio geográfico de maior especificidade, o que

torna a referida taxa com uma grande importância para os programas de avaliação das políticas públicas implementadas nas áreas de saúde e de saneamento. Seus resultados são constantemente publicados no anuário estatístico do país e nos que são elaborados pelas agências de estatísticas dos diversos estados da federação.

5.4.2 Indicadores de saúde

Os indicadores de saúde analisam o dimensionamento analítico necessário para o acompanhamento permanente dos modelos de saúde e nível de qualidade de vida de uma população e do oferecimento dos serviços médicos.

5.4.2.1 Indicadores de morbidade e de atendimento à saúde

A taxa de morbidade caracteriza-se como um indicador de resultados, por reflexo de diversos fatores socioeconômico e da falta de políticas públicas destinadas à saúde. Com relação ao indicador de atendimento à saúde, ele caracteriza-se como um indicador de processo, que detalha o fluxo do serviço público de saúde prestado. No entanto, os referidos indicadores indicam informações diversas.

A forma como é calculada a taxa de morbidade por determinada doença é similar à taxa de mortalidade por causas, onde se manifesta em termos de cem mil habitantes. De forma semelhante, podemos definir o indicador de atendimentos de saúde por especialidade clínica.

Internações decorrentes de doenças i

Taxa de morbidade hospitalar por doença= _____ X 100.000

Total da população

Consultas atendidas da especialidade i

Proporção de consultas pela especialidade clínica i = _____ X100

Total de consultas

As referidas medidas são indicadores complementares na análise dos programas no campo da saúde. As informações desses indicadores estão disponibilizadas no DATASUS, onde estão referenciados os atendimentos realizados pela rede conveniada ao Sistema Único de Saúde, mas não de todos os atendimentos realizados pelo sistema público de saúde e o privado.

Esses indicadores são poucos utilizados pelos relatórios sociais, isso por terem uma constante regularidade de atualizações, mas possa ser que eles venham a ser mais amplamente divulgados.

5.4.2.2 Indicadores de desnutrição e insegurança alimentar

Os indicadores de desnutrição têm como base os dados antropométricos para estimar-lós, pois as análises são feitas em crianças de até 5 (cinco) anos de idade. O peso e a altura são as principais características das medidas sensíveis às condições de vida nutricional das crianças e dos adolescentes.

Segundo Jannuzzi, essas medidas “são variáveis resultantes não apenas das características genéticas dos indivíduos, mas da quantidade, qualidade e balanceamento da dieta nutricional nas idades de crescimento, além das condições socioeconômicas gerais”. (JANNUZZI, 2017, p.90)

Existe outros indicadores que atestam a insegurança alimentar, que é quando o acesso aos alimentos é de forma inadequada, seja em quantidade ou em qualidade, para os padrões de uma dieta aceitável. Isso de acordo com o insuficiente consumo de calorias ou a má nutrição que produz o excesso de peso.

Esses indicadores auxiliam na elaboração e avaliação das políticas públicas que viabilizam programas de complementos alimentares, podendo ser utilizados também no dimensionamento do nível de pobreza extrema, bem como para avaliar os efeitos de programas de repasse de renda a população, como por exemplo, o auxílio Brasil.

5.4.2.3 Coeficientes técnicos de recursos

Os coeficientes técnicos de recursos exibem o empenho despendido nos programas destinados para área da saúde pública, neste caso os efeitos não são levados em consideração, isto é um detalhe importante na hora da avaliação de alguma política na área de Saúde.

Para Jannuzzi eles são “indicadores de provimento de recursos e serviços para atendimento à saúde (indicadores-insumo)”. (JANNUZZI, 2017, p.90)

Eles são utilizados, na área da saúde, como coeficientes de profissionais ou equipamentos físicos por mil habitantes, indicadores de gastos público com a saúde, são bastante utilizados em confrontações internacionais.

Sua forma de cálculo é a seguinte:

Número de médicos, leitos etc.

$$\text{Coeficiente de recursos por mil habitantes} = \frac{\text{Número de médicos, leitos etc.}}{\text{Total da população}} \times 1.000$$

Esses indicadores são atualizados com frequência com dados que são adquiridos dos registros administrativos do Ministério da Saúde e das Secretarias nos estados ou de alguma pesquisa institucional.

5.4.3 Indicadores educacionais, de cultura e de ciência e tecnologia

5.4.3.1 Taxa de analfabetismo

Este tipo de indicador é conhecido como indicador estoque ou indicador de resultado das deficiências no oferecimento e na inexistência de programas educacionais pretéritos. É um indicador utilizado nos anuários estatísticos e nos relatórios sociais, calculado de forma proporcional entre pessoas que tem 15 anos acima, que não sabem ler e escrever.

Com a melhoria do acesso à educação passou a utilizar com maior regularidade a taxa de analfabetismo funcional, que é calculada de forma

proporcional às pessoas entre 15 e 65 anos com dificuldade de compreensão e escrita de mensagens de texto simples, com informações oriundas de testes cognitivos de larga escala. Em nosso país utilizamos os testes cognitivos de natureza estudantil, onde se tem elaborado taxas de analfabetismo funcional que são usadas como uma Proxy a parte para população de 15 anos ou mais com menos de 4 anos de escolaridade, conforme tabela abaixo:

Indivíduos que não sabem ler/escrever

$$\text{Taxa de analfabetismo} = \frac{\text{População de 15 anos ou mais}}{\text{População de 15 anos ou mais}} \times 100$$

População de 15 anos ou mais

Conforme Jannuzzi, “a taxa de analfabetismo é um indicador pouco sensível a esforços de escolarização básica, que tenham por objeto, sobretudo, a população de 4 a 14 anos”. Ela não é uma taxa como as outras medidas, que estão imunes aos efeitos com a formação da estrutura etária, o que vem a dificultar bastante o entendimento possíveis divergências inter-regionais. (JANNUZZI, 2017, p.92)

5.4.3.2 Escolaridade média

Este indicador é conhecido por indicador-síntese das conjunturas de fornecimento de atividades laborativas educacionais e do padrão de vida da população, seja no presente ou pretérito recente.

A escolaridade média é um indicador mais sensível as políticas aplicadas a área da educação, seu calculo é realizado como uma média dos anos estudados, por indivíduos com aprovação, onde são ponderados pela população correspondente, isso entre as pessoas de 15 anos acima.

Escolaridade Média = Média ponderada dos anos cursados com aprovação pela população de 15 ou mais.

5.4.3.3 Taxa de frequência escolar

As taxas de frequência escolar são indicadores frágeis e característicos para o acompanhamento das políticas públicas aplicadas a área de educação, são taxas de regularidade escolar por nível de ensino, podendo ser calculada de duas formas:

Estudantes da faixa X nível escolar Y

$$\text{Taxa de frequência escolar} = \frac{\text{líquida no nível escolar Y}}{\text{Total população da faixa X}} \times 100$$

Matrículas no nível escolar Y

$$\text{Taxa de frequência escolar} = \frac{\text{bruta no nível escolar Y}}{\text{Público – alvo normativo do nível escolar Y}} \times 100$$

Elas mostram o nível de acolhimento do sistema educacional, seja qual for seu nível, contudo, elas não sejam os indicadores de efeitos finais que se pretende com as políticas educacionais aplicadas. Para Junnuzzi, essas taxas são “indicadores de fluxo ou processo, que aparecem com alguma regularidade nos relatórios sociais, especialmente quando se trata de mostrar resultados mais imediatos de iniciativas no campo das políticas educacionais”. (JANNUZZI, 2017, p.94)

5.4.3.4 Indicadores de rendimento escolar e desempenho educacional

Conforme o sistema escolar os rendimentos dos discentes acontecem de forma periódica com o auxílio de dois indicadores, quais sejam: a taxa de evasão e a taxa de reprovação, que têm como fundamento os registros de dados administrativos disponibilizados pelas Secretarias e pelo Ministério da Educação. A taxa de evasão quantifica a eficácia do sistema educacional em assegurar a permanência dos discentes no referido sistema, enquanto a taxa de reprovação quantifica a inocuidade do sistema educacional e/ou de procurar entender os impedimentos dos discentes em progredir no sistema.

A fórmula para calcular esses indicadores é a proporção de reprovados em relação aos discentes matriculados, em termos gerais, ao final do ano letivo, conforme modelo abaixo:

Evadidos ao final do período letivo

$$\text{Taxa de evasão} = \frac{\text{Evadidos ao final do período letivo}}{\text{Matrículas ao final do período letivo}} \times 100$$

Matrículas ao final do período letivo

Reprovados ao final do período letivo

$$\text{Taxa de reprovação} = \frac{\text{Reprovados ao final do período letivo}}{\text{Matrículas ao final do período letivo}} \times 100$$

Matrículas ao final do período letivo

Os indicadores mencionados constantemente são atualizados, com análise por municípios e escolas, por estes motivos, são comumente publicados nas estatísticas municipais. Segundo Jannuzzi, “a interpretação do desempenho escolar não pode ficar restrita aos resultados dos indicadores derivados dessas pesquisas, deve também considerar os condicionantes sociais e institucionais que os produziram, muito além da sala de aula”. (JANNUZZI, 2017, p. 95)

5.4.3.5 Coeficientes técnicos de recursos

Esses indicadores servem para correlacionar a liberação dos mais diversos recursos com a especificação do oferecimento de serviço e a implantação de uma política pública, que tem como destino a área de educação. O gestor deve observar a relação de disponibilidade e qualidade dos professores, bem como à gestão e instalação escolar.

Conforme Jannuzzi “a razão professores por mil habitantes é indicador-insumo que caracteriza um dos aspectos da oferta de serviços educacionais, para fins de comparação internacional” e que “a razão alunos por professor é indicador-processo para avaliação indireta da qualidade dos serviços educacionais prestados,

mais adequados para comparações por nível de ensino e entre sistemas subnacionais de ensino”. (JANNUZZI, 2017, p.96)

Ele ainda ressalta que há critérios normativos que podem ser admissíveis aos mais diferentes níveis de ensino e/ou atividade educacionais próprios. Nos obtemos esses indicadores conforme modelo de cálculo abaixo:

Número de professores

Razão professores por mil habitantes = $\frac{\text{Número de professores}}{\text{População total}} \times 1.000$

População total

Nº de alunos no nível escolar Y

Razão alunos por professor no nível Y = $\frac{\text{Nº de alunos no nível escolar Y}}{\text{Total de professores no nível escolar Y}} \times 100$

Total de professores no nível escolar Y

A coleta dessas informações pelo censo escolar proporciona ao ambiente educacional avançar no aspecto do corpo de professores e na gestão escolar, no que tange o nível escolar.

5.4.4 Indicadores de acesso à informação e a cultura

Os indicadores de acesso à informação e à cultura têm suas quantificações sensíveis no que se referem ao nível da educação obtida, principalmente no que diz respeito ao percentual da população com grau de escolaridade secundária e superior, e, também, ao nível de renda. Deste modo, quantificar a oferta de outros produtos culturais, pode produzir um indicador mais confiável da construção cultural de uma determinada comunidade.

Segundo Jannuzzi, “no contexto brasileiro, os indicadores culturais têm sido discutidos no âmbito da implantação do Sistema Nacional de Cultura, na Fundação Casa Rui Barbosa”. (JANNUZZI, 2017, p.97)

5.4.5 Indicadores de ciência, tecnologia e inovação

A produção desses indicadores vem ganhando força ao longo dos últimos anos no Brasil, com o reconhecimento da importância deles por parte dos governos Federal, Estadual, Municipal e da comunidade científica do País.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação comanda o desenvolvimento do sistema de estruturação integrado, articulado e muito mais amplo de estatística e indicadores em ciência, tecnologia e Inovação (CT&I).

Jannuzzi afirma que “Os indicadores mais disponíveis na área são os relativos aos recursos financeiros e institucionais para desenvolvimento em CT&I, como os investimentos públicos e privados em pesquisas, o número de institutos, universidades ou grupos de excelência em pesquisa existente”.

Para se ter uma ideia, a Plataforma Lattes é uma importante fonte de dados de indicadores na área de CT&I que proporciona um detalhamento temático de aprendizagem, que possibilita uma dimensão da dedicação de docentes.

5.4.6 Indicadores de mercado de trabalho, renda e desigualdade

Os indicadores de mercado de trabalho de uma determinada região ou até mesmo um País para que sejam entendidos temos que saber os conceitos de população economicamente ativa (PEA) e população com idade ativa (PIA), onde em seguida apresentaremos os conceitos dessas populações.

5.4.6.1 Taxa de participação

A taxa de participação é um indicador econômico de mão de obra para a produção econômica, mas também pode ser utilizado na avaliação de três características diferentes da realidade social, quais sejam: o que indica o grau de abrangência necessária dos indivíduos para produção de renda para sua subsistência física e reprodução social, analisar a eficácia das políticas públicas de previdência social e ensino básico em garantir meios para que idosos e crianças não precisem engajar-se em atividades econômicas, para finalizar, indicar o grau de autonomia da mulher na sociedade.

Jannuzzi conceitua a PIA e PEA respectivamente da seguinte forma: “corresponde a um contingente expressivo e majoritário da população total que potencialmente apto para o exercício da atividade econômica produtiva” e “aqueles que estão, efetivamente, disponíveis para o exercício de atividade econômica – seja trabalhando ou procurando emprego”. (JANNUZZI, 2017, p.99 e 100)

Ela refere-se ao quociente da divisão da PEA pela PIA, que quer dizer a proporção de indivíduos ocupados ou que procuram labutar dentre a mão de obra à disposição. Portanto, a referida taxa é considerada a força de trabalho ativa, seja na modalidade formal ou informal de qualquer ocupação, mais a população que esteja a procura de laborar, que é calculada conforme formula abaixo:

Ocupados + Procurando trabalho

Taxa de participação= $\frac{\text{Ocupados + Procurando trabalho}}{\text{Total de pessoas com 10 anos ou mais}}$ X100

Total de pessoas com 10 anos ou mais

5.4.6.2 Taxa de desemprego aberto e oculto

A taxa de desemprego é extremamente importante no acompanhamento das políticas econômicas desenvolvidas, ela é primordial para tomada de decisão no campo público, isso tendo em vista, que é a partir da referida taxa que formulamos as políticas de empregos e de distribuição de renda de um país.

Conforme Jannuzzi “o contingente de indivíduos em desemprego corresponde àquelas pessoas ativas não regularmente ocupadas, que estão procurando trabalho, a taxa de desemprego corresponde à proporção de desempregos no universo total da PEA”, que conseguimos calcular da seguinte forma: (JANNUZZI, 2017, p.101)

Desempregados

Taxa de desemprego= $\frac{\text{Desempregados}}{\text{Ocupados + Desempregados}}$ X100

Ocupados + Desempregados

No Brasil a situação de desemprego é dividida em três classes: o desemprego aberto, que são aqueles que não praticam ou não precisam praticar atividade econômica, simultaneamente, à busca por um emprego, é também conhecido como desemprego clássico; outro é o desemprego oculto pelo trabalho em situação precária, que é caracterizado por indivíduos que necessitam de ajuda financeira para poder buscar por um trabalho, onde executam alguma atividade remunerada de forma precária. E por fim, temos o desemprego oculto pelo desalento, que são aqueles indivíduos que deixaram de buscar por trabalho temporário, influenciado pela falta de estímulo ou pela dificuldade em encontrar vagas no mercado de trabalho.

5.4.6.3 Rendimento médio do trabalho

Este indicador pode ser facilmente alterado de acordo com a variação da economia, nível inflacionário e pela participação da empregabilidade na indústria. É extremamente importante para que seja feita a conjectura do poder de compra do consumidor, da política monetária e fiscal, e, também, da capacidade negocial dos acordos salariais, onde é assistido de perto por governo, sindicatos e analistas econômicos.

Ele corresponde à remuneração bruta que o trabalhador efetivamente recebeu no mês anterior à coleta dos dados, onde são incluídos também o salário, abono e gratificação, no entanto, para o trabalhador autônomo e empregadores, à retirada ou ganho real realizado no mês anterior.

Rendimento do trabalho = **Salário+abonos+gratificações ou ganhos líquidos**

O indicador de rendimento médio do trabalho, de forma característica, faz parte dos boletins conjunturais do mercado de trabalho, onde mostram, de acordo com o sexo, as peculiaridades ocupacionais.

Para Jannuzzi “analisá-lo, ao longo de tempo, é preciso deflacionar os valores por um índice de preços, questão nem sempre tão simples como se poderia, á primeira vista”. (JANNUZZI, 2017, p.103)

5.4.6.4 Índice de Gini para distribuição de renda

O índice de gini é um dos indicadores de renda mais utilizados, isto se deve a sua facilidade em entender o seu significado e sua aglutinação a diversas propriedades entendidas como importante nas análises sobre distribuição de renda.

Segundo Jannuzzi, “Essas diferentes medidas são empregadas para avaliar os efeitos da conjuntura e das medidas de política econômica sobre a distribuição da riqueza gerada em um dado período para o conjunto da sociedade”. (JANNUZZI, 2017, p.105)

Calculamos o índice de gini com fundamento em dados brutos, referenciados em censos demográficos, pesquisas amostrais e dados registrados pela administração pública, ou em dados anexos de renda em intervalos de classe, a fórmula utilizada para chegamos ao índice de gini é:

$$\text{Índice Gini} = \frac{1}{(2R_m N^2)} \times (\sum_i \sum_j R_i - R_j)$$

Conforme Jannuzzi o índice de gini “é uma medida menos sensível à desigualdade associada à riqueza ou à pobreza extrema e reflete, mais precisamente, o que se passa em termos distributivos nos segmentos de renda média”. (JANNUZZI, 2017, p.106)

5.4.7 Indicadores de pobreza, insegurança alimentar e desenvolvimento humano

A conceituação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) se legitimou pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) onde foi estabelecida como a realização do direito de todos os indivíduos terem o alcance aos alimentos, de forma regular e saudável. No Brasil, um dos maiores causadores da insegurança alimentar é a má distribuição de renda, pois se compreende que falta acesso a uma alimentação adequada para os brasileiros.

5.4.7.1 Indicador de pobreza como insuficiência de renda ou de pobreza monetária

Foi com a crise econômica que os indicadores de pobreza, indigência e a exclusão social obtiveram uma notoriedade na agenda de pesquisas de políticas sociais na década de 80. No entanto, no início dos anos 90, que foi apontado como um marco no combate a fome no país, onde foram explicitadas as reais dimensões do mapa da fome no Brasil, sendo a prioridade das políticas sociais desenvolvidas e aplicadas pelo governo federal.

No campo conceitual a extrema pobreza é sinônimo de indigência que como a pobreza demonstram a necessidade de rendimentos capaz de comprar uma cesta básica de alimentos e uma cesta básica de produtos e serviços necessários à produção social, truncando em miúdos, isso quer dizer que famílias nessas condições não desfruta de valores capaz para subsistência alimentar de seus membros.

As taxas de população em pobreza e extrema pobreza podem ser calculadas com a proporção dos indivíduos nessas situações em relação ao total populacional, sendo quantificados com percentual de domicílios, famílias e indivíduos, como podemos ver logo abaixo:

População em pobreza=**População com renda domiciliar per capita inferior ao custo de uma cesta de alimentos e serviços para vivência digna ao longo de um mês.**

População em Extrema pobreza= **População com renda domiciliar per capita inferior ao custo de uma cesta de alimentos para sobrevivência humana ao longo de um mês.**

Não existe um consenso com relação a composição das cestas de alimento e serviços que padronizem o ideal necessário para subsistência alimentar e dignidade da pessoa humana. De acordo com Jannuzzi “a cesta básica de alimentos que marca o limiar de indigência é composta por um conjunto restrito de itens (40 a

60 itens), selecionados em variedade e quantidade dentre aqueles que fazem parte da dieta habitual da população em estudo”. (JANNUZZI, 2017, p. 110)

A partir disso, vários estudos foram elaborados no campo da pobreza monetária, onde para definimos a linha de pobreza, adicionamos aos custos individual de consumo de alimentos, os custos com habitação, transporte, remédio, material escolar e vestuário que são intrínsecos a um padrão de vivência que trás dignidade a pessoa humana, seja no campo ou nas cidades.

Jannuzzi relata que “essas despesas não alimentares representam mais de duas vezes o custo da cesta de alimentos, sobretudo nas grandes aglomerações urbanas, pelos valores mais elevados dos terrenos, aluguéis, educação, deslocamentos para o trabalho e escola etc”. (JANNUZZI, 2017 p. 111)

Para computar a taxa de pobreza monetária em determinada região nos utilizamos dos cálculos abaixo:

$$\text{Taxa de extrema pobreza ou pobreza monetária da região} = \frac{\text{Total de pessoas em domicílios com renda per capita inferior à linha de extrema pobreza ou à linha de pobreza}}{\text{Total de pessoas na região}}$$

Portanto, os indicadores de pobreza monetária têm uma particularidade de sensibilidade e especificidade para estudos e avaliações de políticas sociais relacionadas.

5.4.7.2 Insegurança alimentar e outros enfoques na medição da pobreza

Para se revelar a real situação de alguma população que esteja em condições pobreza ou mais agravada, com a alimentação inadequada ou alguma deficiência do padrão nutricional, é necessária uma abordagem de alguns indicadores antropométricos da situação de peso, idade, altura e massa corpórea das crianças, adolescentes e adultos.

As aferições das medidas mostrariam a situação de extrema pobreza, alguma situação mais agravada da fome ou desnutrição pelo reduzido consumo de determinados alimentos essenciais a dieta habitual de uma população.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia IBGE e Estatística (IBGE) juntamente com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome criaram a escala brasileira de insegurança alimentar para obter o dimensionamento da população em situação de risco à fome e privação alimentar, o que veio a diminuir a insegurança alimentar grave e a leve em nosso País.

Segundo Jannuzzi “para além de indicadores “absolutos” de pobreza, que procuram dimensionar situação de carência com base em um patamar normativo mínimo de bem-estar, há também o conceito de pobreza relativa”. (JANNUZZI, 2017, p.118)

Esse tipo de pobreza que Jannuzzi refere-se, está relacionada à desigualdade do acesso das famílias e seus indivíduos a alguns serviços e bens ou a falta de renda.

Existem outras formas de se investigar essas situações, além dos recortes analíticos que têm como fundamento os indicadores que são mais pragmáticos e relacionados à condição de bem-estar material. Os indicadores de entendimento da situação vivenciada de pobreza, que se caracteriza por meio de entrevistas relativas ao contentamento a respeito de diversos pontos de vista da vida.

Numa abordagem conceitual não existe um consenso para legitimar uma mensuração da pobreza como a melhor, onde a delimitação da pobreza não depende apenas do aspecto conceitual usado, mas depende também das adversidades metodológica pertencente à quantificação dos indicadores.

Jannuzzi relata que “as abordagens conceituais e metodológicas são complementares, cada uma com seus aspectos positivos e limitações. Cabe ao pesquisador ou técnico avaliar qual abordagem ou medida é mais relevante e válida para a situação enfrentada”. (JANNUZZI, 2017, p.119)

5.4.7.3 Índice de desenvolvimento humano – IDH

Eficientemente, o IDH é um indicador que procura uma composição de três aspectos sociais: as oportunidades crescentes de alcance à educação; as condições de desfrutar uma vida saudável e longa; terceira e última, a disposição de um padrão de vida adequado, essa junção tem o objetivo de edificar, de forma exclusiva, o bem-estar social. Segundo Nahas, “o grande motivador da elaboração e uso de

indicadores para avaliar o meio urbano foi o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, lançado pelo PNUD em 1990. O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Ele parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, dada pelo Produto Interno Bruto (PIB) per capita, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana”. (NAHAS, 2003, p.44)

O IDH é uma extensão comparativa de desenvolvimento socioeconômico ou humano, trata-se de um procedimento eficiente e contínuo de expansão das oportunidades das pessoas para se chegar ao maior patamar de nivelamento de bem-estar social.

O cálculo do IDH é realizado pela aglutinação de indicadores representativos das três dimensões fundamentais citadas do Desenvolvimento Humano e para as quais se dispõe de informações com maior regularidade nos diversos países: um indicador composto de nível educacional (computado com base na escolaridade média e anos esperados de escolarização); outro que procura retratar esperança de vida, como medida síntese das condições de saúde e riscos à ‘morbimortalidade’ e, por fim, o Produto Interno Bruto per capita ajustado segundo o poder de paridade de compra em relação ao dólar nos EUA, de modo que reflita melhor a necessidade de recursos monetários para aquisição de bens e serviços indispensáveis à sobrevivência material em cada país. (JANNUZZI, 2017, p.120)

Os indicadores que fazem parte do IDH são quantificados em diversas e diferentes unidades de medição, que dispõem de diferentes espaços de variação, onde são alterados em medidas que não tem como ser dimensionadas, com sua importância entre 0 a 1. O IDH final é obtido com a média das medidas transformadas, tendo seus valores no espaço de 0 a 1. Portanto, os países classificam esse índice em baixo, médio, alto e elevado desenvolvimento humano.

5.4.8 Indicadores habitacionais, de infraestrutura urbana e qualidade de vida

5.4.8.1 Proporção de domicílios adequados

A conceituação regulamentar de adequação domiciliar é extremamente complexa, onde necessita de diversas particularidades objetivas e de perspectivas subjetivas dos moradores. As características objetivas estão relacionadas aos aspectos físico do domicílio e de seus arredores, junto a isto, está a manifestação da satisfação por parte do morador. Por sua vez, com a insuficiência da disponibilidade das análises subjetivas, os indicadores de adequação culminam na computação com fulcro em dados objetivos construídos em alguns censos e/ou pesquisas amostrais.

Ressaltamos que, embora a finalidade de aspectos a ser considerada seja menor, a construção dos indicadores abrange um quantitativo relevante de cruzamentos e definições normativas. Em sentido geral, os indicadores tornam-se em escalas nominais, com denominação de domicílio precário, satisfatório e mais que satisfatório, a partir disso, é possível calcular a proporção de domicílios adequados.

$$\text{Proporção Adequados} = \frac{\text{Domicílios que satisfazem normas de "habitabilidade"}}{\text{Total de domicílios particulares}} \times 100$$

5.4.8.2 Taxa de cobertura dos serviços urbanos

Os indicadores da taxa de cobertura dos serviços urbanos têm bastante expressividade nas políticas de desenvolvimento urbano, pois a adequação domiciliar satisfatória aos indivíduos, dependem deles para ser obter uma rede de infraestrutura básica.

Podemos calcular essas taxas de cobertura da seguinte forma: a primeira é através da proporção de domicílio com acesso aos serviços. A segunda é com fundamento em dados censitários ou amostrais, ou ainda em registros da administração do executivo municipal e/ou de alguma concessionária prestadora de serviço público.

Jannuzzi alerta que “as duas medidas costumam apresentar diferenças, em alguns casos, bastante significativas, por causa de uma séria de fatores como a falta de correspondência entre domicílios e economias/ligações residenciais, contabilização ou não de imóveis de uso ocasional ou fechados”.

$$\text{Proporção de Domicílios em =} \frac{\text{Domicílio com acesso à água, luz etc.}}{\text{Total de domicílios particulares}} \times 100$$

Acesso à rede

$$\text{Taxa de cobertura dos serviços urbanos =} \frac{\text{Número economias/ligações residenciais}}{\text{Total de domicílios particulares}} \times 100$$

Cabe ressaltar, que os indicadores calculados com base em registros administrativos estão suscetíveis a serem atualizados periodicamente quando necessário for.

5.4.9 Indicadores de transporte

Existem vários indicadores de transporte nas grandes cidades, isso devido a sua eminente relevância do serviço de transporte público para a população residente desses grandes centros. São indicadores que mostram a conjuntura e descreve a qualidade do sistema de transporte público e do sistema viário.

As implementações de políticas públicas na área de transporte e infraestrutura viária têm uma implicação fortemente social, isso levando em conta as consequências que incidem no tempo.

Dentre os indicadores de transporte urbano estão: Taxa de mortalidade por acidente; Proporção de viagens em veículos de massa; Extensão total do congestionamento em horário de pico; Índice de passageiros transportados por quilômetros; Tempo de deslocamento casa-trabalho-escola e registro de veículos ou motocicletas por mil habitantes.

5.4.10 Indicador de qualidade de vida

Os indicadores de qualidade de vida são criados com base em pesquisas amostrais, onde são levadas em consideração à proporção da população que relata

dispor, nas proximidades das suas moradias, de parques, bosques e equipamentos públicos de lazer, isto é, indicadores de perspectiva objetiva.

Numa sociedade que detenha materiais básicos para sobrevivência humana a perspectiva subjetiva a respeito da qualidade de vida, é analisada em maior quantidade de vezes, pois se torna a realizar uma atividade bastante significativa na elaboração de políticas públicas e de planejamento urbano.

Esses indicadores também podem ser utilizados para demonstrar fatos contrários à qualidade de vida, que estejam associados a desastres naturais.

Jannuzzi ainda faz referência de que, “podem ser indicadores de natureza objetiva ou subjetiva”. (JANNUZZI, 2017, p.126)

5.4.11 Indicadores de criminalidade e homicídios

O convívio social é largamente afetado pelas condições da qualidade de vida de uma população, pois quanto melhor o nível de qualidade de vida mais positivo será o nível de segurança pessoal de cada indivíduo.

Por sua vez, o dimensionamento do nível de segurança ocorre com base nas estatísticas da criminalidade, que são alimentadas pelos boletins de ocorrências policiais, onde as taxas de mortalidade por crimes violentos intencionais letais cometidos contra vida são oriundos de estatísticas dos registros civis ou das estatísticas de mortalidade do ministério da saúde. Esses indicadores são mais utilizados por serem de uma maior confiabilidade e por uma questão organizacional dos dados.

$$\text{Taxa de homicídios} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de homicídios}}{\text{População Total}} \times 100.000$$

Conforme Jannuzzi, “Indicadores de percepção de insegurança e de vitimização, elaborados por meio de quesitos levantados em pesquisas domiciliares, podem contribuir para avaliar os efeitos de programas públicos na área de segurança pública”. (JANNUZZI, 2017, p.128)

As coletas de dados sobre vitimização servem para quantificar o nível e a parcela da população com sensação de insegurança e as que foram vitimadas por

ela. Esses indicadores estão fortemente propícios ao viés de naturalização, ou seja, quanto mais frequente as situações de violência no cotidiano da população, maior e mais presente será a insegurança no seu dia a dia.

5.5 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS

Nas tomadas de decisões em políticas públicas, é essencial que tenhamos informação e conhecimento para que sua implementação seja bem-sucedida, estes dois fatores são fundamentais no mundo da política pública contemporânea, o que exige a fomentação de dados, indicadores, estudos e pesquisas cada vez mais simplificadas, pois são fundamentais para que as questões sociais sejam melhores entendidas.

A elaboração, implementação, monitoramento e avaliação são indispensáveis para que as políticas públicas sejam dimensionadas de acordo com o problema e seu real tamanho diante uma possível ação governamental com intuito de resolver.

No Brasil é nítido a preocupação e o esforço crescente na elaboração dos dados e informações que tenham a intenção de nortear a administração pública direcionada para a gestão de políticas sociais que tem como base da sua estrutura o monitoramento e avaliação. É sabido que não é por falta de pesquisas, estudos, diagnósticos, avaliação e indicadores que os programas sociais não têm alcançado seus objetivos no Brasil, apesar dos abundantes trabalhos desenvolvidos, não conseguimos que boa parte deles, de fato, consigam a contribuição almejada pelos gestores.

Portanto, mesmo que de forma demasiada, os estudos referentes às políticas públicas sociais no país são desafiador com relação a produção de informações e conhecimento detalhados, personalizados e utilizados no aperfeiçoamento de programas sociais.

5.5.1 Avaliação de programas sociais

As políticas públicas tem objetivo de viabilizar o desenvolvimento, justiça social e o bem-estar de uma população, que se colocar por meio de regramentos

jurídicos, campanhas de comunicações sociais, incentivos fiscais, programas governamentais etc.

Rua relata que “a análise de política pode ter por objetivo tanto melhorar o entendimento acerca da política e do processo político, como apresentar propostas para o aperfeiçoamento das políticas públicas”. (RUA, 2014, p.23)

As avaliações de políticas públicas, de programas e indicadores sociais retratam sinais das reais necessidades que são demandadas pelos aspectos sociais de determinada população que seja objeto de uma avaliação, que tem como principais características o público-alvo, execução de determinada atividade, suas consequências e impactos. Faz-se necessário a transparência de seus objetivos a serem examinados e a seleção da escolha do método a ser utilizado.

Políticas e programas públicos requerem objetivos factíveis, instancias afinada de governança e equipes técnicas bem-formadas e informadas para sucesso da implantação de seus processos de trabalho e efetividade de seus resultados. Metas não plausíveis, estruturas organizacionais inadequadas, equipes deficientes ou outras falhas em qualquer dos três componentes conspiram contra o sucesso da política ou programa. (JANNUZZI, 2016, p. 13)

Uma avaliação aufere diversas definições na bibliografia especializada, conforme os mais diversos modelos conceituais, essa diversidade de definição nos remete a diversos modelos de classificação da análise avaliativa, onde a obsessão por esses modelos de classificação é devido a disputa acadêmicas por espaço no campo.

Jannuzzi relata que “a definição de programas também remete à necessidade de abordagem interdisciplinar na produção de informação e conhecimento sobre os problemas investigados”. (JANNUZZI, 2016, p.47)

O fato é que as avaliações produzem dados e informações significativas para produtividade dos estudos dos meios, capacidade de alcançar os propósitos e a existência real dos efeitos social por elas disponibilizadas.

5.5.2 Monitoramento de programas

Monitorar é um método escolhido para avaliar de forma contínua os programas e as políticas públicas, onde juntamente com a avaliação auxiliam o gestor público com informações mais transparentes e apropriadas para o desenvolvimento do processo de execução das políticas públicas seus programas.

O monitoramento de programas requer uma seleção inteligente de indicadores-chaves de recursos, processos, produtos e, se possível, de seus resultados e impactos potenciais, organizados de forma que se permitam o acompanhamento contínuo de atividades críticas do programa e a tomada tempestiva de decisões necessárias ao seu bom funcionamento. Exaustividade, redundância e ambiguidade não são atributos de bom e objetivo sistema de monitoramento. Regularidade, prontidão e sensibilidade são o que se espera dos indicadores de tal sistema. (JANNUZZI, 2016, p.105)

Da mesma maneira que a avaliação, existem diversos conceitos acerca do monitoramento, cabendo só saber qual será a definição a partir da sua área de atuação dentro do processo de sistematização do planejamento gestacional das políticas públicas envolvidas.

Jannuzzi, em um contexto geral, definiu monitoramento como “uma atividade regular de acompanhamento de processos-chave previstos na lógica de intervenção de um programa e que permite rápida avaliação situacional e identificação de anormalidades na execução destes”. (JANNUZZI, 2016, p.108)

6 CONCLUSÃO

Os indicadores sociais são de fato elementos indispensáveis para a gestão pública municipal, os desafios de gerir uma cidade obriga o gestor público ter uma equipe de profissionais com capacidade técnica para planejar, monitorar e avaliar esses indicadores e os programas desenvolvidos com base neles.

Os indicadores adquiriram destaque a partir da sua imensa contribuição no dimensionamento dos fenômenos sociais e por sua intrínseca relação com as pesquisas acadêmicas, dessa forma foi percebido o valor político pelos gestores públicos, que pode ser facilmente comprovado nos diagnósticos socioeconômicos realizados nas atividades de monitoramento e avaliação dos programas sociais.

Com a escassez dos recursos públicos para serem investidos em programas destinados aos fenômenos sociais, o que é um problema, não deixa outra opção aos gestores, senão a de recorrer aos indicadores sociais, que se utilizados e entendidos de forma correta ajudam no entendimento das necessidades das realidades sociais, orientando as ações de governo nos estudos, formulações, implementações das políticas sociais. Sabemos que é muito difícil para o gestor ter que escolher para onde vai destinar os recursos públicos, devido a sua escassez, o que torna o atendimento aos problemas sociais, insuficiente.

No entanto, os indicadores sociais podem perfeitamente auxiliar na elaboração de um entendimento sobre as prioridades das políticas públicas a serem desencadeadas com objetivo de minimizar os efeitos dos fenômenos sociais, para isso também, é necessário que se tenha um diálogo com a população envolvida com o intuito de entender os reais problemas que afetam os envolvidos.

Necessita-se da disponibilidade de um sistema de indicadores sociais relevantes nos municípios, que sejam válidos e confiáveis para que as políticas públicas e os programas sejam formulados e implementados com sucesso dentro desse processo. Este processo é muito mais complexo e falível do que se imagina, por mais abrangentes que seja, eles retratam de forma parcial e oblíqua da realidade social, mostram a visão de mundo e a formação abstrata dos profissionais técnicos responsáveis pelo planejamento que é quem nos permitem enxergar.

Portanto, a implementação das políticas públicas está condicionada ao trabalho desenvolvido pelos técnicos responsáveis pelo desenvolvimento das ações, os quais são os verdadeiros potencializadores ou criadores das dificuldades para concretização delas.

Os indicadores sociais empregados de forma responsável, aguda e clara podem instituir parâmetros sólidos para debates em torno do assunto, tema e prioridades das políticas governamentais, programas e projetos sociais. Eles são verdadeiros elementos de empoderamento de toda uma sociedade civil, de controle e de direcionamento das ações governamental.

Por fim, a utilização de forma consciente dos indicadores empreende uma compreensão de seu conceito e das suas limitações, a boa utilização nos propõe o conhecimento necessário para os estudos da mudança social. No entanto, a sua má utilização causa informações confusa, com suposto viés técnico.

REFERÊNCIAS

- BIROCHI, Renê. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2015.
- CARLEY, M. **Indicadores sociais: Teoria e prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- GUIMARÃES, J. R. S. **Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000**. [Brasília]: OIT, 2012.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- HAKKERT, Ralph. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte, Abep, 1996.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 6. Ed. [Campinas]: Alínea, 2017.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas**. [Campinas]: Alínea, 2016.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores socioeconômicos na gestão**. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2014.
- JUNIOR, Adalto Acir Althaus. **Análise de Dados e Indicadores Socioeconômicos**. [São Paulo]; 2019.
- LEPORANCE, M. **Indicadores sociopopulacionais: conceito, construção e utilização (notas introdutórias)**, texto base do II Curso de Construção de indicadores sociopopulacionais para o planejamento. Brasília: CODEPLAN, 1999.
- MORETTI, Isabella. “**Regras da ABNT para TCC: conheça as principais normas**”. 2021. Disponível em: <<http://viacarreira.com/regras-da-abnt-para-tcc-conheca-principais-normas>>. Acesso em: 29/06/2022.

NAHAS, Maria Inês P. **Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: discussão teórico-metodológica**. Disponível em:

http://www.virtual.pucminas.br/idhs/site/conteudo/pobreza_artigos.htm. Acesso em 04/10/2022.

OTTONI, Cristiano. **Indicadores sociais na formulação de políticas públicas federais brasileiras: teoria e prática**. Dissertação (Mestrado em Gestão Social e Trabalho)- Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PRANDANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 3 ed. Florianópolis: Dept. De Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]; CAPES: UAB, 2014. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/145407>. Acesso em: 05 ago. 2022.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: Conceitos básicos**. Disponível em: <http://ww3.ufrpe.br/moodle/mod/resource/view.php?id=57338>. Acesso em: 05 ago. 2022.

TORRES, HAROLDO DA GAMA; FERREIRA, MARIA PAULA; DINI, NÁDIA PINHEIRO. **INDICADORES SOCIAIS por que construir novos indicadores como o IPRS**. SÃO PAULO, p. 3-90, 17 mar. 2003. Disponível em: <[05Paula.p65 \(scielo.br\)](#) > Acesso em: 05/10/2022.

VASCONCELOS FILHO, Ricardo Esteves de. **Uma análise dos indicadores demográficos do estado de Alagoas**. 2016. 35 f. TCC (graduação em Ciências Atuárias) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza-CE, 2016. Disponível em: <[Repositório Institucional UFC: Uma análise dos indicadores demográficos do estado de Alagoas](#)> Acesso em: 03/10/2022.